

# AGENDA 21: MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Agenda 21: social participation mechanism for sustainability

**Bruno Cruz TALON**

Faculdade de Tecnologia César Lattes

**Resumo:** Historicamente, os modelos de desenvolvimento adotados hegemonicamente no mundo não se mostraram eficientes no que diz respeito à promoção da igualdade social e da preservação ambiental. No final da década de 1980, entretanto, surgiu uma proposta de mudança, o Desenvolvimento Sustentável, que tem como um importante manual prático, a Agenda 21, documento produzido durante a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, no Rio de Janeiro em 1992. Esse trabalho apresenta detalhes da implantação da Agenda 21 Escolar da ETE Martinho Di Ciero no município de Itu, São Paulo e os resultados imediatos obtidos, como a criação de um Grêmio Estudantil, a implantação da Coleta Seletiva na Escola e o estreitamento das relações entre alunos, professores, funcionários e direção.

**Palavras-chave:** Agenda 21; desenvolvimento; sustentabilidade; participação social; ETE Martinho Di Ciero.

**Abstract:** Historically, the development models adopted hegemony in the world was not efficient with regard to the promotion of social equality and environmental preservation. At the end of the 1980s, however, a proposal for change, Sustainable Development, which has an important practical handbook, Agenda 21, a document produced during the UN Conference on Environment and Development in Rio de Janeiro in 1992. This paper presents details of the implementation of Agenda 21 of the School ETE Martinho Di Ciero in the city of Itu, São Paulo, and the immediate results obtained, as the creation of a Student Society, the implementation of selective collect in the School and approximation of relations between students, teachers, staff and direction.

**key-words:** Agenda 21; development; sustainability; social participation; ETE Martinho Di Ciero.

## INTRODUÇÃO

Os modelos predominantes de desenvolvimento voltados para soluções de mercado ou para ações estatais centralizadoras e impositivas, levaram, em poucos anos, a sociedade contemporânea a uma crise generalizada. A partir da década de 1970, as crescentes críticas a estes modelos culminaram em um consenso acerca da necessidade de mudança de paradigmas nesse sentido.

Levando-se em conta que desde o surgimento da vida as crises sempre existiram, não era de se esperar que na atualidade as coisas fossem diferentes. Entretanto, as crises que eram exclusivamente causadas por questões naturais, hoje se mostram fruto

de uma sociedade comandada por um sistema extremamente incompetente do ponto de vista da sustentabilidade.

Nos últimos quatrocentos anos de história da sociedade humana, observaram-se inúmeros fenômenos complexos, que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua atual organização – ou desorganização. O surgimento dos primeiros aglomerados humanos sedentários, o aparecimento das cidades e a urbanização, metropolização e modernização das mesmas, são notáveis sob esta perspectiva.

Concomitante a tais fenômenos, é que se deu a imposição do sistema capitalista como modelo hegemônico, o que fez surgir uma série de debates e conferências que culminaram com o conceito de desenvolvimento sustentável, como novo paradigma de desenvolvimento, uma vez que os tradicionais modelos existentes já não correspondiam à nova ordem global (Barreto & Khan & Lima, 2005).

Desde o seu surgimento, em 1973, o conceito de ecodesenvolvimento, substituído no final da década 1980 pelo atual – desenvolvimento sustentável, muitas foram as controvérsias a respeito das estratégias para se atingir tal modelo. Em seu mais recente trabalho, Ignacy Sachs (2004), propõe que a elaboração de tais estratégias permeie algumas dimensões da sustentabilidade:

1. Sustentabilidade Social – criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no *ser* e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do *ter*, nos direitos e nas condições das amplas massas da população, e achatar a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e mais pobres.

2. Sustentabilidade Econômica – possibilita uma melhor alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. Esta eficiência é macro-social, reduzindo os custos sociais e ambientais, bem diferente da lógica economicista.

3. Sustentabilidade Ecológica – incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, auto-limitando o consumo material pelas camadas sociais mais privilegiadas, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para uma adequada proteção ambiental.

4. Sustentabilidade Espacial – voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada com ênfase nas seguintes questões: concentração excessiva nas áreas urbanas, processos de colonização descontrolados, promoção de projetos modernos de

agricultura regenerativa e agroflorestamento, industrialização centralizada, criação de empregos rurais não agrícolas, e o estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.

5. Sustentabilidade Cultural – engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais, e até mesmo a pluralidade das soluções particulares.

6. Sustentabilidade Política – privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais desde o âmbito local ao global.

Analisando o exposto acima fica fácil perceber a amplitude e abrangência do conceito de desenvolvimento sustentável. Vários autores já dissertaram sobre isso, alguns abordando o conceito de forma geral e outros dando ênfase a alguma dimensão específica. Este estudo se preocupa com as estratégias para se atingir a sustentabilidade política, apoiado na hipótese de que esta é fundamental para a efetividade das demais. Há séculos Maquiavel já alertava para o fato de que não adiantam somente boas intenções e justiça, mas que são necessárias armas para lutar, inclusive e principalmente armas políticas.

Hoje a população encontra-se desarmada nesse sentido. As várias táticas enigmáticas e eficientes de cultivo de pobreza política, historicamente construídas sob o domínio do sistema capitalista, fazem com que o povo não acredite no poder que tem, sobretudo se consciente e politicamente organizado.

Mesmo os projetos (de lei inclusive) que teoricamente contemplam a participação social, em sua maioria são manipulados pela mão invisível do mercado, ou impossibilitam a real participação através de exagerados trâmites burocráticos.

Um desafio fundamental para o século XXI é a construção de novas relações entre pessoas comuns e as instituições – especialmente as de governo – que influenciam diretamente as suas vidas (Gaventa, 2001).

Neste sentido e na busca pela implementação das estratégias do desenvolvimento sustentável, garantindo a participação social nos processos de tomada de decisão, foi formalizado um ambicioso plano de ações durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, realizada no Rio de Janeiro (Rio 92). Intitulado Agenda 21, tal plano, pode ser considerado um compromisso internacional de alta cúpula governamental e não governamental que assumiu o desafio de incorporar nos países

participantes, em suas políticas públicas, princípios, que desde já, os colocavam a caminho deste novo modelo de desenvolvimento (Sampaio, 2002).

Ao longo de sua negociação, a Agenda 21 global incorporou algumas características que permitiram, depois de 1992, que fosse interpretada como um produto de processo participativo de planejamento das ações e políticas para a transformação do padrão de desenvolvimento e governança dos interesses e conflitos humanos, lastreado no diálogo e pactuação entre atores sociais, com base no ideário da sustentabilidade (Born, 2002).

No Brasil, não há a menor dúvida de que o processo de elaboração da Agenda 21 nacional é a mais ampla experiência de planejamento participativo desenvolvida no país no período posterior à Constituição Federal de 1988 (Agenda 21 Brasileira, 2004).

A comunidade compartilhando com o governo as responsabilidades pelas decisões, acredita-se que permita uma maior sinergia em torno do projeto de desenvolvimento sustentável, aumentando suas chances de implementação (Agenda 21 Brasileira, 2000).

Entretanto, embora não se neguem os esforços realizados para tornar realidade a criação de agendas 21, parece haver consenso entre os pesquisadores de que se trata de algo ainda incipiente (Sampaio, *op. cit*). Após a Conferência das Nações Unidas em 1992, menos de dez municípios brasileiros tinham iniciado a elaboração de suas Agendas 21 (Construindo a Agenda 21 Local, 2000).

A explicação para isso pode estar no fato de que no plano global, a Agenda 21 configurou-se como uma *soft law*, ou seja, um acordo que não cria vínculos legais que tornam sua implementação mandatória para os autores (países) que a assinaram. A sua visibilidade ficou parcialmente ofuscada pelos acordos *hard law* (que criam obrigações jurídicas para as partes) – Convenção sobre Mudanças Climáticas e Convenção sobre Biodiversidade – e também, parcialmente, pelos outros dois produtos *soft law* da Rio 92 – Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e Declaração das Florestas (Born, *op. cit*)

Em 1997, quando uma Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas – conhecida como Rio+5 – foi realizada para revisar a implementação da Agenda 21 uma série de lacunas foram identificadas, particularmente com relação às dificuldades para alcançar equidade social e reduzir a pobreza. Com isso, em dezembro de 2000, a

Assembléia Geral das Nações Unidas resolveu realizar, em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, na África do Sul. Na mesma oportunidade, a Resolução da Assembléia Geral incumbiu a Comissão de Desenvolvimento Sustentável de organizar a Cúpula e coordenar uma ampla revisão dos progressos alcançados na implementação da Agenda 21, desde sua aprovação, em 1992. A Resolução estipulava, ainda, que a revisão deveria focar-se nas realizações e nas áreas que requerem esforços adicionais para implementar a Agenda 21 (Grupo de Trabalho Rio + 10, 2002). Tais medidas parecem estar tendo resultados, visto que após 2002, um grande número de novas agendas está sendo formulado e/ou implementado.

### **ESTUDO DE CASO – Agenda 21 Escolar: ETE Martinho Di Ciero – Itu/SP**

A Escola Martinho Di Ciero, como todas as outras instituições escolares vinculadas ao Centro Paula Souza (autarquia da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo) desenvolve semestralmente projetos extra-curriculares em diversas áreas.

Justamente através dessa oportunidade que a partir do segundo semestre de 2005 iniciou-se a formulação e implementação da Agenda 21 Escolar na referida instituição, como componente de um projeto relacionado à área sócio-ambiental.

Um grupo de trinta e cinco jovens (2ª série do Ensino Médio), através da orientação de um professor, se reúne semanalmente, a fim de determinar e implementar estratégias relacionadas à metodologia, desenvolvimento e coordenação do projeto.

Seguindo as diretrizes propostas pela Agenda 21 Brasileira, a metodologia que está sendo utilizada divide-se em seis passos fundamentais.

1º - Mobilização e sensibilização da comunidade escolar, no sentido de mostrar que estamos caminhando cada vez mais para a insustentabilidade, e que é necessário com urgência se mudar paradigmas, e participar, principalmente com ações, dos processos que nos cercam.

2º - Criação do Fórum da Agenda 21 Escolar - o fórum é composto por integrantes de toda comunidade escolar (alunos, professores e coordenadores - de todas as séries e cursos, funcionários, direção e representantes da comunidade do entorno). As principais

funções e objetivos do fórum são: definir os princípios que nortearão a construção da Agenda 21, selecionar os temas prioritários capazes de mobilizar a opinião pública e criar condições para a elaboração do cenário futuro desejado e coordenar os grupos de trabalho, que envolvam os mais variados segmentos interessados nos temas escolhidos como prioritários na construção da Agenda.

3º - Elaboração do Diagnóstico Participativo, com a idéia de conhecer a realidade da escola em suas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Para esta etapa será utilizada uma metodologia adicional - a elaboração de um Mapa Verde da Escola (Green Map System - [www.greenmap.org](http://www.greenmap.org)).

Os dados coletados no diagnóstico participativo serão submetidos à aprovação do fórum e posteriormente divulgados para toda comunidade escolar.

4º - Elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para a escola - diante das informações obtidas nas reuniões do fórum e também no diagnóstico participativo, será elaborado um plano de ações para se atingir a sustentabilidade na escola.

Inicialmente serão identificadas, entre as questões apontadas no fórum e no diagnóstico, as ações prioritárias para resolver questões emergenciais, de curto prazo, e as ações estruturantes, de médio e longo prazo.

Após isso será programada a realização das ações, definindo responsáveis, prazos, articulando parceiros e preparando material para divulgação.

5º - Implementação do plano de desenvolvimento sustentável - dar início à execução das ações.

6º - Monitoramento e avaliação do plano de desenvolvimento sustentável, para acompanhar a implementação e corrigir os rumos do processo. Para isso realizar-se-ão registros sistemáticos para produzir uma série histórica dos aspectos avaliados, apontando tendências, mudanças nos indicadores, êxitos, divergências, e outros que indiquem a necessidade de revisão do plano.

Todos os resultados serão desta forma, periodicamente avaliados e também divulgados em âmbito municipal, estadual e nacional.

Esta metodologia é a prevista para a implementação do projeto, entretanto se mantém aberta para modificações durante o processo.

Inicialmente, conforme o previsto na metodologia apresentada, o professor responsável desenvolveu um trabalho de conscientização com os jovens envolvidos, através de aulas expositivas, apresentação de vídeos, músicas e outros produtos educacionais, sempre seguidos de debates acerca dos assuntos tratados.

Num segundo momento os jovens, divididos em grupos, desenvolveram campanhas de conscientização que foram ampliadas para toda comunidade escolar. Para tais campanhas foram utilizadas estratégias bastante variadas, desde os tradicionais cartazes e folders, até a utilização de meios de comunicação e desenvolvimento de estratégias lúdicas e interativas.

Concomitante a implantação das campanhas de conscientização, foi realizada uma oficina com todos atores sociais da escola, que diagnosticou os desejos e as reclamações dos mesmos.

Após a interpretação dos resultados da oficina, instituiu-se o Fórum da Agenda 21 Escolar, que em seu primeiro encontro contou com a presença de alunos, professores, funcionários, coordenadores, direção e pais de alunos. Os assuntos tratados neste encontro foram determinados a partir dos resultados obtidos na oficina já citada, e contemplaram as seguintes temáticas: 1. Relacionamento Interpessoal na Escola; 2. Ensino; 3. Estrutura Física (incluindo as questões relacionadas ao meio ambiente) e 4. Relação Escola/Comunidade.

Os resultados do fórum foram utilizados para determinar ações em busca da solução dos problemas apontados e uma das providências tomadas neste sentido foi a divisão dos jovens em Grupos de Trabalho, conforme suas potencialidades. Inicialmente a divisão originou 6 Grupos:

GT de Diagnóstico - responsável pela elaboração do Diagnóstico Participativo (explicado anteriormente);

GT de História - responsável por resgatar a história da escola e do seu entorno, buscando saber o que era melhor antes e por que piorou, e também o que era pior e o por que melhorou, coletar depoimentos, resgatar fotos, documentos e móveis antigos e construir um Centro de Memórias da Escola;

GT de Eventos - responsável por organizar os eventos realizados pelo projeto;

GT de Execução - responsáveis pelo "trabalho braçal" do projeto;

GT de Comunicação - responsável pela divulgação das atividades realizadas e a serem realizadas, dos resultados e de como os demais podem participar;

GT de Conscientização - todos os jovens fazem parte deste e são responsáveis por trabalhar no sentido de multiplicar e difundir as bases para a sustentabilidade.

De acordo com a metodologia prevista no início do projeto, o mesmo avança com o primeiro passo (mobilização e conscientização), sem previsão para interrupções, e já deu início a implantação do segundo (criação do fórum da Agenda 21), e do terceiro (elaboração do Diagnóstico Participativo).

Apesar de ainda não ter elaborado um Plano de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda já gerou vários subprojetos e a partir disso alguns resultados já podem ser observados, destacando-se os seguintes:

- Maior envolvimento e atenção dos alunos acerca dos assuntos gerais da escola;
- Reativação do Grêmio Estudantil que hoje realiza projetos em parceria com a Agenda 21 Escolar;
- Estreitamento da relação entre alunos, funcionários, coordenadores e direção;
- Desenvolvimento de um plano de comunicação – criação de um site da Escola e apoio da mídia local na divulgação e cobertura dos eventos realizados;
- Coleta seletiva e instalação de uma unidade de reciclagem artesanal de papel na escola;
- Reforma de uma casa, até então obsoleta, através de técnicas de re-uso de materiais e sob orientações técnicas que permeiam a permacultura e a bioarquitetura;
- Criação de um Ponto de Cultura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de os resultados do projeto ainda não se refletirem explicitamente sob a forma de participação social na tomada de decisões em nível de formulação de políticas

públicas, percebe-se uma mudança de atitude nos envolvidos com o projeto, que posteriormente seguramente irá contribuir nesse sentido.

Sendo assim, acredita-se que a Agenda 21 de fato seja um importante instrumento de trabalho em prol da sustentabilidade ampliada do planeta, inclusive sob a ótica política e que mais incentivos governamentais e não governamentais deveriam ser destinados ao apoio de programas que contemplem essa e outras iniciativas que sigam essa linha de ação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agenda 21 Brasileira: **bases para discussão**. Brasília: MMA e PNUD, 2000.

Agenda 21 Brasileira: **resultado da consulta nacional** / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: MMA, 2004.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S.. **Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, vol.43, n.2, p.225-247, abr./jun. 2005.

BOFF, L. **Ecologia social: pobreza e miséria**. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com>>. Acesso em: abril 2006.

BORN, R. H. **Agenda 21 Brasileira: instrumentos e desafios para a sustentabilidade**. In: Aspásia Camargo & João P. R. Capobianco; José A. de Oliveira. *Maio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio 92*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BRUNDTLAND, G. H. (coord.). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

BRUSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: Carlos Cavalcanti (org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra S/A, 1983.

DAMIANI, A. L. **A crise da cidade: os termos da urbanização**. In: Amélia L. Damiani; Ana F. A. Carlos & Odette C. L. Seabra (org.). *O espaço no fim do século*. São Paulo: Contexto / USP, 1999.

DAVIES, P. **O quinto milagre: em busca da origem da vida**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

DEMO, P. **Participação e avaliação: projetos de intervenção e ação**. In: Marcos Sorrentino (org.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ / Fapesp, 2001.

DIEGUES, A. C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol.6, n.12, p. 22-29, jan/jun. 2002.

EISENSTADT, S. N. tradução: José Gurjão Neto. **Modernização: protesto e mudança – modernização de sociedades tradicionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

FERREIRA, J. S. W. **Globalização e urbanização subdesenvolvida**. São Paulo Perspectiva, vol.14, n.4, p.10-20, out 2000.

FOLADORI, G. tradução: Marise Manoel. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

GAVENTA, J. Tradução: Rafael D'Almeida Martins. **Em direção a uma Governança Local Participativa: Seis Propostas para a Discussão**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento - Universidade de Sussex, Brighton, Inglaterra, 2001. Disponível em: <<http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/Six%20Propositions%20for%20Discussion%20-%20Portuguese%20version.pdf>>. Acesso em: abril 2006.

GIDDENS, A. Tradução: Raul Fiker. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GRUPO DE TRABALHO RIO + 10. **De Estocolmo a Joanesburgo**. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.35.html>. Acesso em: abril 2006.

LEIS, H. R.; VIOLA, E. J. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável**. In: Daniel J. Hogan; Paulo Freire Vieira (org.). Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

MAIZ, Equipo de Educación. Tradução: Deser. **O neoliberalismo ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres**. 4. ed. São Paulo: Consulta Popular, abril 2002.

OLIVEN, R. G. **A antropologia de grupos urbanos**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RATTNER, H. Tradução: David A. Kohler. **Liderança para uma sociedade sustentável**, São Paulo: Nobel, 1998.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAMPAIO, C. A. C. **Agenda 21: sob um novo enfoque analítico de processos de tomada de decisão**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental FURG, vol.9, jul/dez 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

VEIGA, J. E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 18, p.51-67, maio 2004.

VECCHIATTI, K. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura**. São Paulo Perspec. [online], São Paulo, vol.18, n.3, p.90-95,

jul./set. 2004,. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: abril 2006.

WIRTH, L. **O urbanismo como modo de vida**. In: Otávio Guilherme Velho. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.